CIÊNCIA, MULHER BRASILEIRA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

SCIENCE, BRAZILIAN WOMEN AND GENDER INEQUALITY

Renata Maldonado Silveira Romão¹

RESUMO

O presente artigo nasceu da inquietude da inegável segregação de gênero no campo das ciências e pesquisas no Brasil. Observou-se através da análise de dados obtidos em bases de dados públicas, a partir dos números é possível verificar que as mulheres ainda sofrem com a discriminação nas diversas áreas sociais. E apesar das lutas para conquistar espaços ainda acumula diversas tarefas domésticas o que as afasta de uma maior participação nas carreiras acadêmicas. Percorreu ainda através de um panorama histórico a fim de se demonstrar que as raízes históricas explicam a atualidade.

Palavras-chave: Mulheres; feminismo; gênero; políticas públicas; ciência.

ABSTRACT

This article was born from the concern of the undeniable segregation of gender in the field of sciences and research in Brazil. It was observed through the analysis of data obtained in public databases, from the figures it is possible to verify that women still suffer from discrimination in the various social areas. And despite the struggles to conquer spaces still accumulates various household tasks which keeps them from a greater participation in academic careers. He also traveled through a historical panorama in order to demonstrate that the historical roots explain the actuality.

Keywords: Women; feminism; genre; public policy; science.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu da observação social da condição feminina em sociedade, em especial a brasileira. Partindo das premissas de que a mulher mesmo nos dias atuais, após tempos de batalha, ainda se vê incansável na busca do seu espaço. Sendo diversos os entraves e dificuldades enfrentados, pelo simples fato de ser mulher.

¹Mestra em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Especialização em Processo Civil pelo Centro Universitário de São Paulo. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba. Email: renata@marchettiemaldonado.com.br

A partir da inquietude diante de inegável segregação de gênero no campo das ciências e pesquisas no Brasil. Observou-se através da análise de dados obtidos em bases de dados públicas, através dos números é possível verificar que as mulheres ainda sofrem com a discriminação nas diversas áreas sociais.

E apesar do grande avanço, ainda acumulam diversas tarefas domésticas o que as afasta de uma maior participação nas carreiras acadêmicas. Percorreu ainda esse artigo por breve panorama histórico a fim de se demonstrar que as raízes históricas explicam a atualidade.

A metodologia aqui aplicada é a pesquisa exploratória por meio de estudo bibliográfico e análise qualitativa de resultados, de acordo com o roteiro: coleta de dados, estudo, análise e interpretação objetiva dos dados apurados e análise de resultados.

2. CIÊNCIA E MULHER BRASILEIRA

Partindo da observação de que a inserção feminina na produção científica após o século XX aponta bom número de pesquisas que visam atentar-se a esse fenômeno. Porém, a grande questão é: em se comparando com a produção masculina qual é a participação feminina nas produções científicas no Brasil?

Impossível dissociar a questão de gênero quando se trata da produção científica versus ascensão às universidades, programas de pós-graduação, financiamentos de pesquisas científicas.

Por isso e para isso, cada vez mais são necessárias políticas públicas que visem diminuir o abismo criado pela sociedade, no que diz respeito à libertação da mulher. E não é apenas essa uma preocupação brasileira, mas mundial.

Nesse caminho, em julho de 2010, é criada a ONU Mulheres², uma extensão da instituição de alcance e respeito mundial. Com destaque às ações que visam estabelecer pilares a serem implantados no mundo todo. Entre os quais o empoderamento feminino. Termo atual e de suma importância, que advém do verbo transitivo empoderar, que significa conquistar poder.

Assim, o significado de empoderamento, de acordo com o glossário social:

Processo pelo qual, um indivíduo, grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema. Implica essencialmente a obtenção de informações adequadas, em um processo de reflexão e tomada de decisão, seguido de uma clara formulação de mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis,

²A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente relativa ou representativa.

Dessa maneira, o conceito criado por Paulo Freire, ficou mais conhecido por sua versão em inglês – empowerment, que significa “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas. Muito importante verificar-se que do termo em inglês extrai-se verdadeira traição ao sentido original da expressão: empoderamento implica conquista, avanço e superação por parte daquele que se empondera (sujeito ativo do processo), e não, uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês empowerment, que transforma o sujeito em objeto passivo. (SCHIAVO e MOREIRA, 2005)

Muito mais que falar em igualdade, sem desigualdade, é criar ferramentas para que a mulher conquiste seu espaço sozinha e por ela mesma, sem que alguém diga a ela o quê, como e quando fazer. E, por isso, empoderamento não é dar poder, mesmo porque tal expressão continua a subestimar a mulher. Empoderamento é conquista, é empoderar-se a si mesma, ainda que conte com ferramentas que facilitem o trajeto.

3. ANÁLISE DE DADOS PÚBLICOS

Sobre esse aspecto, foi realizado um estudo, financiado pela FAPESP, no qual aponta disciplinas com alta presença feminina não garantem às pesquisadoras professoras vantagem para chegar ao topo da carreira. E segundo uma das responsáveis pela pesquisa, Ana Maria F. Almeida diz que:

A busca de igualdade de gênero no ambiente acadêmico, além de sua relevância no contexto dos direitos civis, é importante para dinamizar a universidade. “Garantir o acesso de pesquisadores e docentes com origem e experiências diferentes ajuda cada disciplina a diversificar seus problemas e objetos de pesquisa, suas abordagens e modos de trabalho”. (BRASIL, 2015, p.43)

A pesquisa sugere que mesmo quando exista na disciplina maior parte de mulheres que de homens, isso não basta a possibilitar um alavancar na carreira dessas pesquisadoras. Isso porque, segundo Elizabeth Balbachevsky, uma das responsáveis pela pesquisa, “Existem entraves importantes para a inserção e a ascensão da mulher na

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

carreira acadêmica e há evidências de que esses entraves estão piorando à medida que a carreira fica mais competitiva” (BRASIL, 2015, p.43, p. 42).

Os dados foram coletados da UNICAMP, sendo questões lançadas em busca de respostas. A primeira, quais as chances dos docentes de cada sexo atingir o topo da carreira. A segunda, a velocidade com que cada um dos sexos alcança o topo da carreira. E a última levou em consideração tanto chance quanto velocidade para chegar ao topo da carreira considerando a presença de mulheres em cada curso, isso porque em cursos de pedagogia, letras e dança as mulheres são maioria absoluta, enquanto, que em cursos de engenharia elétrica, por exemplo, mulheres não somam nem 10% do total.

E com isso, concluíram as pesquisadoras que as mulheres sofrem desvantagens. Pois, em todos os níveis de carreira as mulheres são minoria em proporção. E que essa desvantagem é ainda mais gritante quando se observa o quesito cargos de direção. Assim, afirma Ana Maria F. de Almeida, “Isso mostra o quanto as professoras têm mais dificuldade de ocupar cargos que acumulam maior poder universitário” (BRASIL, 2015).

Presença marcante nas salas de aula do ensino infantil, as mulheres não têm a mesma representação na docência do ensino superior o que indica possível entrave à ascensão na carreira. E isso se torna ainda mais latente quando se trata de galgar cargos diretivos dentro das universidades.

Um fato curioso se verifica a participação feminina nas diversas áreas do conhecimento, é que, devido a muitos aspectos sociais responsáveis pela rotulação das atividades tidas como aptas às fêmeas. O cerne, portanto, do assunto está, e não poderia ser outro, na imposição social ser determinada e muito, no hemisfério sul, à forte pressão religiosa, principalmente da igreja católica:

Desde a Idade Média que as mulheres tinham uma participação importante nas atividades de cura e cuidados com os doentes e parecem que também foram alquimistas, precursores dos atuais químicos. A oficialização do conhecimento médico nas Universidades medievais expulsou as mulheres dos recintos escolares. (MELO, 2004, p.9).

Dessa forma a presença feminina universidades a fora sempre abarcou as carreias de cunho social e humano, diferentemente dos homens, muito representados nos campos da física, ciência, matemática e engenharias. É o que revela um pequeno trecho do estudo a seguir:

A matemática também não oferece encantos para as mulheres, mas a taxa de participação feminina é de um quarto das bolsas, e finalmente a física é uma carreira masculina e continua assim, pois manteve a mesma taxa de participação ao longo da década. As demais áreas têm menores taxas de

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

participação e são as ligadas as atividades do campo social. São mais masculinas as ciências agrárias e veterinárias, e femininas as ciências sociais e humanidades, por que estas são próximas dos atributos consagrados pela sociedade como característica do “*ser mulher*”. (MELO, 2004, p.9).

Aborda-se em estudo promovido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que as mulheres em todas as fases da vida gastam mais tempo aos afazeres domésticos. É mais, mesmo aquelas com trabalho formal remunerado, além do ambiente familiar, não se desvencilham do trabalho doméstico gratuito. Estando tal atividade pouco valorizada arraigada às mulheres pela imposição maçante da sociedade.

De acordo com os resultados em 2005, pôde-se afirmar que os afazeres domésticos constituem um grupo de atividades predominantemente femininas. Sendo no Brasil, à época 109,2 milhões de habitantes, das pessoas ouvidas de 10 anos ou mais de idade declaravam exercer atividades relacionadas com os afazeres domésticos; sendo que, deste conjunto, 71,5 milhões eram mulheres. Em termos absolutos, apurou-se a população adulta de 25 a 49 anos de idade que mais realiza afazeres domésticos. Não obstante, considerando a população em cada grupo etário, observa-se que era a população de 50 a 59 anos de idade a dedicar maior parte do seu tempo em afazeres domésticos em média 24,3 horas semanais. (BRASIL, 2007)

É cediço que desde a última década os homens têm se inserido, ainda que sutilmente, realizando alguns afazeres domésticos. Porém, a mesma pesquisa ainda revelou que de forma geral, a imensa maioria das mulheres realizam afazeres domésticos ao passo que pouco menos da metade dos homens o faz:

As desigualdades de gênero na realização dessas atividades são ainda mais visíveis quando se considera a população total de acordo com o sexo e os grupos de idade. Verificou-se que somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto que entre as mulheres esse percentual é de 90,6%. É no Nordeste que se observa a menor participação dos homens nos afazeres domésticos (46,7%) enquanto que no Sul se evidencia a maior taxa (62%). Uma possível explicação para esta participação um pouco mais baixa dos homens nordestinos nos afazeres domésticos pode estar ligada aos aspectos culturais locais, que valorizam o “machismo” já que existe uma forte correlação positiva entre a realização de afazeres domésticos e o sexo feminino. (BRASIL, 2007, p.10)

O estudo entrevistou e observou as rotinas de crianças, jovens, adultos e idosos, apurando-se que não houve uma só faixa etária dentre os homens que superassem as mulheres em relação ao tempo despendido para com as tarefas do lar.

E assim, com relação às crianças e adolescentes com idade entre 10 e 17 anos, que por imposição do ECA³ deveriam dedicar-se exclusivamente aos estudos e brincadeiras, e de outro, aqueles que acreditam que o ensino dessas atividades, nessa idade, garante uma formação mais completa e independente, preparando-as para a vida

³ Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

adulta. As meninas desde cedo são orientadas para o exercício do trabalho domésticos, e na prática cerca de 83% delas realizam habitualmente tais afazeres, enquanto entre os meninos a proporção é de 47,4%. E ainda, o tempo despendido nessas atividades apresenta diferença significativa entre os sexos: meninos 8,2 e meninas, 14,3 horas semanais. Contudo, verificou-se parcela significativa dos participantes do estudo realiza atividades domésticas. (BRASIL, 2007).

Foi objeto da mesma pesquisa, em relação às crianças observadas que as meninas também dedicam mais horas da semana aos afazeres domésticos, tiveram melhor desempenho escolar com relação aos meninos em condições semelhantes:

Vale ressaltar que apesar das meninas terem menos tempo para o lazer e o estudo, o rendimento delas na escola tem sido melhor do que o dos meninos. Poder-se-ia argumentar que os meninos saem mais cedo para o mercado de trabalho, o que de certa forma é um forte argumento, pois a taxa de participação deles no mercado de trabalho nessa idade é de 28,6% e das meninas 18%. Contudo, nas tabelas de afazeres domésticos para a população ocupada, observou-se que essa divisão desigual das tarefas domésticas entre homens e mulheres permanece (8,0 e 14,1) horas semanais, respectivamente). (BRASIL, 2007, p. 12 e 13)

Curioso perceber a forte presença feminina nas tarefas domésticas e sua perpetuação ao longo dos anos, independentemente de acumular trabalho formal. É interessante constatar a jornada de trabalho semanal média da população de 10 a 17 anos é de 27,8 horas semanais para os meninos e 26,1 para as meninas, ou seja, os valores são bastante próximos. Concluiu-se, independentemente, da condição de atividade, já desde cedo se observa uma nítida divisão sexual do trabalho doméstico nos lares. (BRASIL, 2007).

Do ponto de vista do acúmulo de tarefas dentre as mulheres, o fator grau de escolaridade é preponderante na quantidade de tempo dedicada. Ou seja, quanto menor o grau de escolaridade feminina, mais tempo se dedicam as tarefas do lar, ainda que paralelamente mantenham trabalho formal remunerado:

A variável escolaridade exerce um papel interessante nessa análise do tempo em afazeres domésticos. Quando se analisa a proporção de pessoas que realiza tais atividades segundo os grupos de anos de estudo, observa-se que a menor participação está entre o grupo menos escolarizado 67,9%; por outro lado, de acordo com a jornada média em afazeres domésticos, o que se verifica é uma maior intensidade deste trabalho para a população com até 4 anos de estudo (21,8 horas semanais). É na população com 12 anos ou mais de estudo que se verifica o menor tempo dedicado aos afazeres domésticos, sejam homens ou mulheres. Isso ocorre porque a escolaridade tem uma alta correlação com o rendimento, permitindo com que tais atividades possam ser

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

contratadas no mercado. Para as mulheres com esse nível de escolaridade, a jornada com afazeres domésticos é cerca 5 horas/semana menor do que a jornada observada para as mulheres menos escolarizadas. (BRASIL, 2007, p.16)

Enquanto que no âmbito masculino, quanto maior o grau de escolaridade dos homens mais tempo despendem aos afazeres domésticos, paralelamente ao trabalho formal assalariado. Forçoso, assim, concluir que homens com maior grau de instrução tendem a realizar com maior frequência atividades domésticas:

Na população masculina, quem mais realiza afazeres domésticos são os mais escolarizados (54%), enquanto que para as mulheres ocorre o inverso. São as mulheres mais escolarizadas que menos contribuem para o trabalho doméstico, inclusive são as que dedicam menos tempo com essas tarefas. (BRASIL, 2007, p.16)

A conclusão final apresentada no estudo do instituto é de que mesmo com a crescente participação feminina no mercado de trabalho isso não foi suficiente para isentá-las das atividades do lar. Tal fator pode ser observado como um todo na sociedade:

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não as isentou nem reduziu a jornada delas com os afazeres domésticos. Pelo contrário, nas faixas etárias onde a inserção das mulheres no mercado de trabalho é maior e que coincide com a presença de filhos menores, a intensidade do trabalho doméstico ainda é mais elevada. Vale ressaltar a condição de desvantagem das mulheres não somente em horas de trabalho, sobretudo pela falta de reconhecimento social de seu trabalho no âmbito da família, bem como a dificuldade de conciliar suas atividades no mercado de trabalho e na família. Não se observou um compartilhamento das atividades domésticas das mulheres com os cônjuges, pelo contrário, fatores reforçam essa desigualdade de gênero, como a baixa participação dos meninos no trabalho doméstico, ou seja, desde cedo se constrói a idéia de que o trabalho doméstico é uma tarefa para as mulheres. (BRASIL, 2007, p.30 e 31)

Nessa esteira se revela a questão brasileira do marginalizar as mulheres e impor-lhes o acúmulo de tarefas e o estigma de certas profissões tidas como femininas são verdadeiramente frutos de manutenção cultural.

Já desde os séculos passados, se por um lado, a Igreja Católica impôs à mulher papel secundário, renegando sua intelectualidade e reprimindo o acesso à educação e cultura. Por outro lado, foi por intermédio da chegada do Protestantismo no Brasil que os primeiros passos foram dados na mudança desse paradigma.

Tal avanço se observa a partir do final do século XIX, com a imigração americana para o Brasil, e com ela uma nova religião, o protestantismo. E mais que isso, pela primeira vez os olhares para a educação formal e regular feminina eram uma estratégia de introdução cultural (DE OLIVEIRA, 2006).

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Nesse contexto foi que desempenhou papel importantíssimo o protestantismo no Brasil, se a princípio o intuito era apoio aos estrangeiros, não ficou restrito a isso. Posteriormente, a educação feminina, finalmente, foi inserida por meio da criação das escolas para moças.

A sociedade brasileira no fim do século XIX, ainda nos tempos imperiais, marcados pela escravidão, pela efervescência de novas teorias políticas, econômicas e sociais, recebeu dos imigrantes, dos missionários e educadores que aqui chegaram, entre eles Martha Watts, novas maneiras de pensar, de fazer religião e educação.

A nova mentalidade trazida por esses estrangeiros, entre eles educadores, chega primeiro através dos imigrantes europeus, vindos da Alemanha e Inglaterra e em seguida pela vinda dos missionários americanos os quais foram: congregacionais, presbiterianos, metodistas e batistas. (DE OLIVEIRA, 2006, p. 14)

A protagonista dessa importantíssima é Martha Watts, educadora e missionaria metodista, nascida em 13 de fevereiro de 1845 em Basdstown nos Estados Unidos, atendeu ao seu chamado missionário da Igreja Metodista Episcopal do Sul, chegando ao Brasil, especialmente, para abrir uma escola para moças (DE OLIVEIRA, 2006).

Inegável o avanço inserido pelos protestantes no avanço da educação e cultura aos países por onde passaram. Era por meio de um novo conceito de educação progressiva que conquistavam e enraizavam-se no território estrangeiro. Afinal, não há maneira mais assertiva de conquista e dominação senão através da introdução de suas culturas e crenças.

Assim, inegável a colaboração para o avanço cultural brasileiro havido, especialmente com a Igreja Metodista, a partir do final do século XIX. Ao instalar-se aqui.

Vale, ainda, destacar o impacto cultural dos protestantes no Nordeste, especialmente, porque antes de Mauricio de Nassau não havia registros das riquezas naturais, da cultura indígena, até porque, o interesse católico-português aqui era apenas exploratório, desde o primeiro momento da chamada descoberta do território, seja na catequização indígena.

As belezas retratadas nas telas dos artistas que aqui vieram com Maurício de Nassau, que aceitou o convite da pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais para administrar os domínios por ela conquistados na região Nordeste do Brasil (BOXER, 2006).

É nesse contexto que se destaca a participação protestante na inserção de novo método de ensino e dominação cultural:

O protestantismo que chega ao Brasil, a partir dos anos de 1850, vem projetado pelo protestantismo norte americano, principalmente, os de origem missionária que trazem em seu bojo o ideário da religião civil norte americana. Segundo alguns pesquisadores a sociedade brasileira encontrava-se num estágio de desenvolvimento significativamente anterior a sociedade

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

americana, por isso a religião protestante, em muitos aspectos, foi vista como um meio de acesso ao progresso e a modernidade. Um dos fatores que impulsionou os estrangeiros a virem ao Brasil fazer missão, foi o que os historiadores chamam de Destino Manifesto (DE OLIVEIRA, 2006, p. 13).

A motivação principal que culminou na boa aceitação do protestantismo e a educação por ele introduzida no Brasil deu-se, principalmente, ao contexto socioeconômico daquele momento:

Após a guerra civil (1861-1865), as condições históricas nos Estados Unidos, voltaram a ser favoráveis ao Protestantismo, por isso os metodistas norte-americanos vão novamente se empenhar para se fazerem presentes em nosso País. Assim, as escolas metodistas começam a ser implantadas no Brasil no final do século XIX e início do século XX, tendo a sua origem vinculada ao propósito da Igreja Metodista de realizar uma obra evangelística através do trabalho educacional. Tanto o surgimento quanto o estabelecimento das escolas metodistas estão diretamente ligados à estruturação da sociedade brasileira neste período, caracterizada pela presença dos ideais liberais. (Ibidem, 2006, p. 21).

E entre os protestantes que no Brasil desembarcaram, teve destaque e papel importante Martha Watts, no sentido de inovar por meio do ensino e magistério feminino. Sobre isso, observa-se:

Com essa perspectiva de serem detentores das inovações e da possibilidade de fazer uma mudança na educação do país, tais protestantes, se lançam na segunda tentativa de inserção do protestantismo metodista no Brasil e a semelhança de outros grupos esta inserção se dá a partir do magistério feminino. São grupos de mulheres impulsionadas por um “ardor missionário” que chegam ao Brasil nos últimos trinta anos do século XIX. Dentre essas mulheres está Miss. Martha Watts, fundadora do Colégio Piracicabano (1881), São Paulo, e do Colégio Metodista de Petrópolis (1889) no Rio de Janeiro e ainda do Colégio Izabela Hendrix (1904) em Belo Horizonte. (Ibidem, 2006, p. 22)

Se a educação trazida pela igreja católica estava baseada na prática erudita, para os protestantes, especialmente os metodistas, a ênfase era a modernidade tal qual ocorrera nos Estados Unidos. Sobre tal evento:

Neste contexto, chega a Piracicaba a educação metodista trazendo uma proposta inovadora de ensino, condizente com a expectativa da ala progressista da sociedade, que sonhava com a modernização do país e com os ideais de progresso que já ocorrera nos Estados Unidos. As missionárias que aqui chegaram trouxeram este ideal de modernidade, de ordem e progresso, em acordo com o ideário do Destino Manifesto que pregava este caminho para a implantação do Reino de Deus na terra.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

A própria organização feminina com vistas a conquistar os povos proporcionando-lhes educação e ensinamento religioso e cultural. É um ato ao mesmo tempo social, pois o faz sem fins lucrativos diretos, e por outro lado extremamente eficaz, uma vez que influencia culturalmente e garante a perpetuação dos ensinamentos.

Nessa concepção de educação e religião encontra-se Martha Watts, ela chega ao Brasil em 1881, enviada pela Sociedade Missionária de Mulheres, atendendo um pedido de Prudente de Moraes e Manoel de Moraes, líderes do Partido Republicano e admiradores da ideologia liberal difundida nos Estados Unidos, que como já citamos possuía uma relação amistosa com a família de Newman. (Ibidem, 2006, p. 23)

Assim, pode-se perceber mesmo no cenário predominantemente masculino, como os corredores da educação no Brasil, importantes foram os atores sensíveis à questão feminina que lutavam pela inserção, ainda que embrionária, da mulher no acesso à educação.

Com maior destaque aos estrangeiros protestantes, que especialmente chegados ao interior paulista, na cidade de Piracicaba. Observa-se tal contribuição em que:

Podemos observar que a educação protestante, e no caso deste estudo, a metodista, participou de momentos importantes como a transição do Império para a República, apresentando um sistema de ensino almejado pelos republicanos, tendo em vista o fato de a Miss. Martha Watts ter sido convidada por Prudente de Moraes e Manoel de Moraes a vir ao Brasil para abertura de escolas e através do ensino propagar o ideário de religião civil que nos Estados Unidos andava de mãos dadas com o sistema republicano de governo. (Ibidem, 2006 p.25)

Assim, já no final do século XIX, a educação brasileira contou com o papel indispensável de mulheres, tal como, Martha Watts, que por meio de suas cartas, escritas frequentemente para relatar o avanço do projeto de evangelização e educação no Metodista, dava conta de colocar a par os financiadores do projeto, a fim de angariar mais fundos. Isso significou, sem dúvidas, um dos pilares da modernização da educação brasileira à época (Ibidem, 2006).

Ainda que com o intuito de evangelização, a conquista de povos por meio da dominação de um povo da cultura, a ferramenta mais eficaz é a educação. Assim, a missão de uma mulher metodista mudou, sem dúvidas, a educação no Brasil. E mais que isso, ainda que tenha ocorrido por intermédio de uma estrangeira, em nada diminuiu a conquista de uma nova e moderna proposta educadora.

Se houve conquistas de posições e ocupação de espaço pelas mulheres, é certo também que houve um verdadeiro acúmulo de funções. Inegável que a mulher do século XXI é, sem dúvida, um indivíduo multitarefas.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

A pesquisa sugere que mesmo quando exista na disciplina maior parte de mulheres que de homens, isso não basta a possibilitar um alavancar na carreira dessas pesquisadoras. Isso porque, segundo Elizabeth Balbachevsky, uma das responsáveis pela pesquisa, “Existem entraves importantes para a inserção e a ascensão da mulher na carreira acadêmica e há evidências de que esses entraves estão piorando à medida que a carreira fica mais competitiva” (BRASIL, 2015).

Segundo a autora, as mulheres se veem competindo com os homens e entre as próprias mulheres. E que em muitas situações a mulher, mesmo extremamente capacitada, é preterida pelo simples fato de ser mulher. E que esse entrave é observado até mesmo nos processos seletivos para as pós-graduações *stricto sensu*.

Ainda de acordo com ela, um aspecto bastante alarmante é o de que para a mulher seguir carreira acadêmica a concorrência é sempre um obstáculo a mais a ser vencido. Para ela, mulheres são mais afetadas com a concorrência que os homens.

Para Priscila Borges, as mulheres já superaram os homens em número de estudantes e até doutores, mas a paridade em cargos de chefia ainda está longe de ser realidade. Mesmo à frente das salas de aulas, elas estão em desvantagem em relação aos homens. E segundo ela:

A questão envolve muitas variáveis como tempo, carreira, preconceito, se sociedade preconceituosa e machista. Se a mulher é maioria no número de estudantes de graduação, mestrado e doutorado, o natural seria que também o fosse a produção científica e liderando pesquisas importantes envolvendo ciência, tecnologia e as diversas áreas do saber. Entretanto, não é isso que apontam pesquisas recentes. Conforme se verifica:

Dados do Ministério da Educação mostram que, na educação básica, há muito mais professoras do que professores. A diferença é imensa. Do total de 2 milhões de professores identificados pelo Censo Escolar em 2010, 80% eram do sexo feminino. Curioso é que, mesmo assim, elas não são maioria entre os docentes da educação profissional. Território de mais “prestígio” na educação básica – onde os salários são mais altos e a estrutura de trabalho, melhor – tem 54% de seus 62 mil professores do sexo masculino. (IBGE, 2010).

O cerne, então, está no acúmulo de funções pelas mulheres que, ainda hoje, se veem envolvidas em tarefas tidas como “femininas”, e volta e meia se deparam com o dilema entre carreira, vida pessoal, família e tarefas do lar.

Isso se deve, principalmente por uma repetição de ações ao longo dos anos pela sociedade que sujeita e rotula os indivíduos, numa verdadeira segregação de gênero. E sobre isso, destaca-se a luta pela valorização e protagonização feminina:

Traçando um panorama geral da causa feminina no Brasil, percebe-se que, nas últimas décadas, a condição feminina vem despertando interesse na sociedade, em função da mobilização de milhares e milhares de mulheres na luta por cidadania.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Também oferece sua contribuição à causa a produção acadêmica e científica que analisa as raízes da dicotomia entre os papéis sociais masculinos e femininos, expressa em práticas sociais, bem como nas leis e instituições sociais. (MELO, 2004 p. 3)

Aponta-se para a segregação sexual havida como um marco nas relações sociais ocidentais, principalmente em escalonando ao ‘masculino um degrau acima do feminino’:

Nas sociedades industriais do Ocidente, a demarcação cultural dos papéis masculinos e femininos atua como um eixo ordenador das relações sociais, de tal forma que os atributos masculinos estão simbolicamente relacionados à idéia de superioridade, enquanto que os atributos femininos remetem à inferioridade. Essa situação está no cerne da rebelião feminina. Nossa análise busca captar de que forma as transformações do papel social feminino na segunda metade do século XX, com a explosão do movimento feminista internacional e nacional, refletiram-se em mudanças no que diz respeito ao lugar da mulher no mundo científico e tecnológico brasileiro. (MELO, 2004 p. 3)

Se hoje se verifica algum avanço na conquista feminina por seu espaço no campo da pesquisa científica, isso não ocorreu de forma harmonicamente simples. Mas sim, por meio do enfrentamento de duros embates, seja contra as barreiras impostas por uma sociedade patriarcal no qual o gênero homem é detentor do conhecimento dos saberes científicos, subjugando a mulher a papéis secundários, seja na busca por políticas públicas em forma de ações afirmativas do estado no intuito de fazer garantir o tão conclamado princípio da igualdade.

E nesse campo, aborda com absoluta clareza Hildete Pereira Melo, que aos poucos a mulher tem à duras penas, conquistado seu espaço no campo da pesquisa, mas ainda é a uma minoria que alcança desvencilhar-se das barreiras impostas pela sociedade patriarcal e machista. Se há ainda menos mulheres ocupando postos na administração pública federal, o mesmo não pode ser dito acerca da presença feminina nos quadros do magistério.

Trata-se de uma carreira historicamente feminina, uma vez que as atividades de ensino estiveram entre as primeiras exercidas por mulheres no espaço público. Visando aos objetivos deste estudo, isolamos as professoras universitárias dentre as profissionais do ensino, pois este contingente tem uma grande interface com as pesquisadoras em ciências, tecnologias e inovação. Mais uma vez, deparamo-nos com as limitações de informações, porque não existem dados separados por sexo para todos os anos 1990.

A predominância masculina nessa atividade profissional demonstra ainda seu prestígio social uma vez que, mesmo sendo maior a taxa de participação feminina na população matriculada nas universidades, na docência superior, o sexo masculino ainda é majoritário. Considerando apenas os docentes com titulação máxima, doutorado, fica

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

explícito a maior qualificação masculina: eles são 64,6% dos doutores e elas são 35,4% dos doutores.

Impossível dissociar a dificuldade de acesso das mulheres no campo da pesquisa a imposição social na qual ainda estão inseridas. Para ela, por muito tempo, e ainda hoje carreira feminina no ensino está diretamente associada à prática do magistério na educação infantil e fundamental.

E aqui importante inserir explicação, não se trata de essa ou aquela carreira ser mais ou menos importante, até porque sem formação de educação de base de qualidade impossível almejar degraus mais altos. A grande é senão aquela inegável inserção feminina nas carreiras de ensino infantil e fundamental, tidas como menos importantes ou prestigiosas que as carreiras no campo do ensino superior e seus degraus.

Inegável, então, que há uma segregação imposta culturalmente de que as grandes e importantes pesquisas científicas não prestigiam as mulheres em suas práticas.

De fato, o modelo de sociedade que prestigia a presença masculina nas almeçadas carreiras na academia em detrimento das mulheres. Ou seja, o sistema gera uma reação em cadeia em que perpetua a segregação de gênero, excluindo ou menosprezando a contribuição feminina no campo geração e disseminação do conhecimento científico.

E por ser o Brasil um país de vasta riqueza cultural e artística de variadas formas, e em decorrência de sua grande extensão territorial tem na mesma proporção desigualdade:

Trabalhar com cultura em um país como o Brasil é um desafio e tanto. Se, por um lado, é um país de rico patrimônio artístico-cultural, marcado pela diversidade e criatividade de seu povo e de sua arte, por outro ainda possui profundas desigualdades sociais, o que faz com que nem sempre o acesso aos bens culturais seja amplo e democrático (BRASIL, 2006, p.29)

Com efeito, as desigualdades havidas no Brasil não têm único vetor, como a segregação feminina, por exemplo. Mas certamente, esta ocorre e se perpetua em razão da existência de tantas outras.

Avançando um pouco mais é possível apurar que mesmo as mulheres no Brasil sendo maioria numérica em termos de população, no campo especificamente da ciência é minoria, sendo a área da ciência tida como masculina:

Ao analisar quem produziu conhecimento nos últimos 300 anos, nota-se que a ciência é masculina. Muitas mulheres foram, e continuam sendo excluídas da produção da ciência. Ainda hoje, quando as mulheres dominam numericamente alguns campos disciplinares, a imagem de cientista é associada aos homens. O tema tem atraído a atenção de pesquisadores e autoridades públicas. Sardenberg (Brasil, 2006a), manifesta que “a tendência de crescente participação da mulher na pesquisa e desenvolvimento tecnológico é um forte sinal da modernidade do país”. Contudo, conforme relata Schienbinger (2001, p.37) “o processo de trazer mulheres para a

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência” (HAYASHI, 2007, p.2)

Reconhece-se que a questão de segregação por gênero é realidade das universidades e não é exclusividade brasileira:

No caso da região latino-americana, uma série de problemáticas comuns aos países da região opera contra uma maior acessibilidade de estatísticas e, portanto, afeta a visibilidade da situação da mulher na ciência. Entre as instituições científicas e educativas dos diversos países, há pouca tradição na produção desagregada por sexo na informação sobre seus recursos, atividades e resultados. Isso é traduzido nas estatísticas nacionais que oferecem um limitado número de indicadores desagregados no campo da ciência e da tecnologia. É pouco frequente o acesso a estatísticas de maior especificidade como, por exemplo, a formação de doutoras, a participação em TransInformação, Campinas, 19(2):169-187, maio/ago., 2007 PARTICIPAÇÃO FEMININA EM C&T disciplinas ou a produção científica. Por outro lado, em termos gerais, é difícil conseguir informação desse tipo em séries temporais longas. (Estébanez, 2003, p.2)

Se no campo científico a presença feminina ainda é tida por minoria, diversas podem ser as causas, o que não pode negar é sejam uma parte do todo que é a discriminação por gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ressalta-se a existência da opressão feminina calçada no machismo, ora explícito, ora velado. E nota-se que a expressão machismo não foi e não é antônimo de feminismo. Ao contrário, feminismo é sinônimo de luta para desvencilhar as mulheres das amarras impostas e perpetuadas ao longo dos séculos.

Ao exemplo da tardia entrada feminina no ensino e mercado formal de trabalho, pelo acúmulo de tarefas, pela tardia conquista de direitos. Não obstante, nota-se ainda nos dias de hoje a pouquíssima presença de mulheres em áreas mais prestigiadas da ciência e na política. Não se pode ignorar sofrerem as mulheres os mais variados preconceitos e violências.

Esses são alguns dos diversos fatores que em conjunto, ainda subjagam a mulher a papéis coadjuvantes. Sendo ainda necessário um caminhar mais firme por estradas já inauguradas, de ações afirmativas para assegurar acesso aos mais variados campos da ciência, educação e política. A fim de se diminuir a distância socialmente imposta por anos, e perseguir o ideal de igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

- BRASIL. CNPQ. **Programa Mulher e Ciência**. 2007. Disponível em <http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia> (Acesso em 10/11/2016).
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^o 1/1992 a 90/2015. 48^a ed. Brasília. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- BRASIL, IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf. (Acesso em 12/06/2016)
- BRASIL. Pesquisa FAPESP, 238, ISSN 1519-8774, 2015. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/12/15/folheie-a-edicao-238/>. (Acesso em 18/07/2016)
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf. (Acesso em 01/07/2016)
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Direito autoral**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 436 p. Coleção cadernos de políticas culturais; v. 1. Disponível em <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/caderno-politicas-culturais-direitos-autorais.pdf>. (Acesso em 10/10/2016)
- DE OLIVEIRA, Lilian Sarat. Marta Watts uma mulher na história das instituições escolares. In **Revista Unicamp**. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../MARTHA%20WATT1.pdf (Acesso em 06/10/2016)
- DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. In *Estudos Avançados* 17 (49), 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. (Acesso em 12/01/2017)
- ESTÉBANEZ, Maria Elina. **As mulheres na ciência regional: diagnóstico e estratégias para a igualdade**. Traduzido por: Sabine Righetti., 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/10.shtml>. (Acesso em: 05/01/2017).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987.
- HAYASH, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *TransInformação*, Campinas, 19(2):169-187, maio/ago., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v19n2/07.pdf>. (Acesso em 11/12/16).
- PEREIRA DE MELO, Hildete. **Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq**. Cad. Pagu n^o.27 Campinas July/Dec. 2006. Disponível em

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200012.

(Acesso em 01/06/2016)

PINTO, De Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 115p.

PIOVESAN, Flávia. **In: REVISTA USP**, São Paulo, n.69, p. 36-43, março/maio 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1070>. (Acesso em 01/02/2016)

QUEIROZ, Cristina. **Princípio da Reversibilidade dos Direitos Fundamentais Sociais**. Coimbra Editora, 2006.

SCHIAVO, Márcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira, ATIQUE, Henrique. **Ensaio sobre Direitos Fundamentais e Inclusão Social**. 1ª ed. Birigui. Boreal Editora, 2010.

SOARES, Cristiane. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007. ISSN 1518-675X; Disponível em

http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf. (Acesso em 03/08/2016)

Submetido em 14.08.2017

Aprovado em 04.09.2017